



III EBE | III ENCONTRO BAIANO DE CULT | ESTUDOS EM CULTURA



AVALIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA COMUNIDADE BAIXA DA LINHA

Aline Cardoso Sales,
Fabiane Pereira Machado Dias,
Naiara Barreto Cortês Cavalcante,
Tamara Rocha dos Santos¹.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Campus Cruz das Almas

Palavras-chave: Quilombola, desenvolvimento territorial, comunidade, baixa da linha

Resumo: O Desenvolvimento Territorial é a combinação de políticas governamentais descendentes com iniciativas de desenvolvimento endógeno. Trata-se de um desenvolvimento local baseado na participação da sociedade civil.

As comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

A área da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia situada no município de Cruz das Almas corresponde a aproximadamente 10% do município, onde segundo o reitor, Paulo Gabriel Soledade Nacif, existe hoje cerca de 5.000 posseiros ocupando ilegalmente a área, divididos entre a Sapucaia, Comunidade da Linha, moradores dispersos e do projeto Volta a Terra.

A finalidade deste trabalho foi avaliar o desenvolvimento territorial da comunidade Baixa da Linha após a criação da associação, seu reconhecimento quilombola e o ponto de vista da Universidade em relação à comunidade, através de entrevistas e dados coletados de vários meios.

As condições atuais de vida na comunidade da linha devido ao processo histórico, tem se tornado subumanas a exemplo do saneamento básico precário e as construções de taipa, e também houve o processo de marginalização, em que a “sociedade urbana” os sujeitou,

¹ **E-mail dos autores:** alineagroeco2010@hotmail.com, bia-machado@hotmail.com, tâmara.rs@hotmail.com, naiara_barreto@hotmail.com.

dificultando por diversas vezes o acesso dessa comunidade a empregos e a outros meios, dispostos gratuitamente a todo o resto da sociedade. Eles são vistos com certo preconceito depois que alguns fatos ocorreram dentro do espaço da comunidade, sendo vista hoje em dia, como ponto de venda de drogas por exemplo.

De acordo com o reitor é impossível a retirada dos moradores da Linha e da Sapucaia das terras da UFRB, mas é possível e necessário impedir o seu crescimento desordenado, pois o único caminho para acesso a cidade é através da estrada oficial da universidade, onde transitam alunos, servidores e moradores, sem que se tenha um mínimo controle.

As possíveis soluções estudadas e propostas pela universidade com a comunidade da linha requerem ações com responsabilidades políticas e sociais para com os moradores irregulares nas terras da União, como regularização fundiária e jurídica das terras da UFRB, com os devidos registros em cartório de registro de imóveis na comarca de Cruz das Almas, o controle sobre a área do campus e a sua utilização e o re-assentamento das famílias para o reordenamento do espaço público a fim de oferecer segurança e integridade do campus de Cruz das Almas

Analisando as diversas informações obtidas, notou-se que há uma contradição dentro da própria universidade, quanto a retirada dos moradores da comunidade e conflitos de terra.

A Comunidade da linha é representada por uma Associação criada em 2000 mantida pelos moradores e apresenta uma creche inaugurada em 2007 contendo aproximadamente 20(vinte) crianças na faixa etária de 04 (quatro) a 06 (seis) anos. Em 2002, a associação reuniu a comunidade e solicitou a chegada da energia elétrica e a água encanada. Segundo, depoimentos, o pleito sofreu interferências por ação da Diretoria da Universidade Federal, que proibia qualquer ação de melhoria na comunidade.

Objetivou-se com esse trabalho obter por meio de pesquisa como se deu o desenvolvimento local da comunidade da Baixa da Linha no município de Cruz das Almas, BA. Identificando as mudanças ocorridas a partir da fundação da Associação até o processo de reconhecimento da comunidade como Quilombola.

INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Territorial é a combinação de políticas governamentais descendentes com iniciativas de desenvolvimento endógeno. Trata-se de um desenvolvimento local baseado na participação da sociedade civil. Objetiva promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e a dinamização da sua economia. O Desenvolvimento Territorial apoia-se na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização de atributos de uma certa região. (CODEVASF, 2010)

Segundo o Ministério do Desenvolvimento social e combate a fome, as comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, conforme Decreto nº 4887/03. Essas comunidades possuem direito de propriedade de suas terras consagrado desde a Constituição Federal de 1988.

Rambo (2007) entende que o desenvolvimento territorial se produz a partir do momento em que os atores, formando uma comunidade ou uma sociedade, se reconhecem como tal e tem como referência primeira seu território. Projetam suas ações sobre suas tessituras, nós e redes, desenvolvendo suas potencialidade (ambientais, humanas, econômicas) constituindo-se como atores mais ativos na intervenção e ação sobre seu território.

Já Boisier (1995) contribui na definição de desenvolvimento territorial, afirmando que o mesmo consiste numa expressão ampla que inclui o desenvolvimento de microlocalidades, tais como comunidades e de meso-localidades, tais como províncias ou regiões. O conceito refere-se a processos de mudança sócio-econômica, de caráter estrutural, delimitados geograficamente e inseridos num marco configurado por sistemas econômicos de mercado, ampla abertura externa e descentralização dos sistemas de decisão. Ou seja, a organização coletiva dos atores locais/regionais, buscando ações, mecanismos, práticas e políticas que visam o desenvolvimento de seu território, com vistas a uma inserção menos subordinada à dinâmica da globalização.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia situada no município de Cruz das Almas possui uma área que corresponde a aproximadamente 10% do município (Uma área total de aproximadamente 1.700 ha.), onde abriga hoje cerca de 5.000 posseiros ocupando ilegalmente a área.

O objetivo deste trabalho foi avaliar o desenvolvimento territorial da comunidade quilombola Baixa da Linha e suas relações com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Para destrincharmos a história da comunidade, seus conflitos com a universidade e sua caminhada na conquista do território ao longo das últimas décadas, foram realizadas entrevistas e visitas a comunidade, Dr. Paulo Gabriel Soledade Nacif e Prof^o Geraldo Sampaio Costa, foram entrevistados defendendo os interesses da universidade, foi ouvido também o presidente da associação da comunidade o Sr. José Augusto e alguns moradores da comunidade, não foi possível fazer muitas entrevistas com os moradores, pois eles se sentem retraídos na presença de discentes ou funcionários da universidade não gostam de falar muito no assunto talvez até por medo.

A HISTÓRIA DA COMUNIDADE DA LINHA

Relatos dos moradores mais antigos sobre a fundação da comunidade da Linha, ainda no início do século passado, aproximadamente na década de 30, numa área distante aproximadamente 04 (quatro) km do atual centro da sede do município de Cruz das Almas, iniciou-se a exploração de pedreiras para a produção local e também em larga escala. Na localidade, existia uma linha férrea, que cruzava, e ainda cruza parte do território do município de Cruz das Almas.

A história da Comunidade da Linha por sua vez se confunde com a própria história da linha ferroviária naquela localidade. Por conta dos serviços relacionados com a extração, carregamento e distribuição dos produtos das pedreiras, nos vagões de trem, as famílias envolvidas foram solicitando aos “Mestres de linhas” responsáveis pelo ramal ferroviário, que cortava a região, que pudessem construir pequenos casebres para suas famílias nas proximidades da linha. A solicitação foi aceita, desde que, segundo os mais antigos, a condição para tal empreitada era que distanciassem 15m antes e depois das duas Linhas, na área solicitada por eles.

A partir daí, as famílias foram se instalando e construindo laços de famílias e de identidade com as terras cedidas para a construção das respectivas casas. Nas proximidades destas casas, roças domésticas foram construídas e abasteceram as respectivas famílias.

Ao passo que os antigos moradores chegavam para trabalhar nas pedreiras, já encontraram fazendas distribuídas num espaço relativamente próximo entre si, contudo distantes das casas das comunidades entre as linhas e, portanto destas pedreiras também.

Não há um consenso quanto à antiguidade de tais fazendas, se antes ou depois da exploração das pedreiras, ou se os trabalhadores nas fazendas já trabalhavam também na extração e se, portanto, se habitavam em tais espaços. (SANTANA, 2010)

SITUAÇÃO ATUAL DA COMUNIDADE DA LINHA

A Comunidade da linha é representada por uma Associação criada em 2000 mantida pelos moradores e apresenta uma creche inaugurada em 2007 contendo aproximadamente 20(vinte) crianças na faixa etária de 04 (quatro) a 06 (seis) anos. Em 2002, a associação reuniu a comunidade e solicitou a chegada da energia elétrica e a água encanada. Segundo depoimentos, o pleito sofreu interferências por ação da Diretoria da Universidade Federal até então UFBA, que proibia qualquer ação de melhoria na comunidade.

A associação comunitária tem uma diretoria com 09 (nove) membros, 09 (nove) conselheiros fiscais e aproximadamente 200 associados. Atualmente a presidência é ocupada por Sr. José Augusto.

A comunidade da Baixa da Linha foi reconhecida como comunidade remanescente quilombola em 27 de setembro de 2010, o que vem possibilitando o progresso por meio de vários recursos antes impensáveis, pois o governo dispõe de vários programas para comunidades quilombolas como, por exemplo, o TOPA, além da demarcação de terras que viabilizará a agricultura. Essa certidão de auto-definição quilombola foi facilitada pela Secretaria de Políticas Especiais do município de Cruz das Almas através do Projeto de Levantamento de Quilombos realizado pelo Professor Carlos Eduardo, que levantou dados demográficos, sociais e culturais da comunidade no ano de 2010 com objetivo de obter o reconhecimento de comunidade quilombola para que conquistassem o direito de permanecer nas terras de domínio público.

A associação tem como foco principal a busca por melhorias como, por exemplo, quadra de esportes, praça para lazer, uma escola na própria comunidade. Essa melhoria é buscada junto à prefeitura que ainda tem certa resistência aos apoios.

A Comunidade da Linha traz em sua história a marca indelével das inúmeras situações muitas vezes promovida pelos próprios poderes públicos, que, mesmo após o período da escravidão, ou nos estados de exceções, atuou de forma intencional na destruição física e cultural dos milhares de descendentes das comunidades remanescentes de quilombos por todo território nacional. (SANTANA, 2010)

As condições atuais de vida na comunidade da linha devido ao processo histórico, tem se tornado subumanas a exemplo do saneamento básico precário e as construções de taipa, e também houve o processo de marginalização, em que a “sociedade urbana” os sujeitou,

dificultando por diversas vezes o acesso dessa comunidade a empregos e a outros meios, dispostos gratuitamente a todo o resto da sociedade. Eles são vistos com certo preconceito depois que alguns fatos ocorreram dentro do espaço da comunidade, sendo vista hoje em dia, como ponto de venda de drogas por exemplo.

Devido a diversos fatores que vem acontecendo, a ocupação desordenada tem sido uma consequência. Não delimitando territórios, a comunidade está sujeita a invasões frequentes. Sendo esse um problema de maior proporção posteriormente, pois eles não lutariam pelo direito das terras com os “invasores” e ficarão a mercê dos malefícios de um crescimento desordenado. Ao longo de sete décadas, a Baixa da Linha sofreu mudanças fundamentais na estrutura física e nas relações sociais, temos como exemplo o modo em que eles trabalhavam para sustentar as suas famílias, que se baseava na linha férrea ou nas plantações que tinham para a venda, atualmente a obtenção de renda é feita por trabalhos na zona urbana e benefícios provenientes do governo. A distribuição de trabalho por gênero tem se homogeneizado em relação à função e a remuneração também.

A POSIÇÃO DA UNIVERSIDADE SOBRE A OCUPAÇÃO DE SUAS TERRAS

Segundo o reitor, Paulo Gabriel Soledade Nacif existe hoje cerca de 5.000 posseiros ocupando ilegalmente a área, divididos entre a Sapucaia, Comunidade da Linha, moradores dispersos e do projeto Volta a Terra, que já estão deixando as terras da universidade.

De acordo com o reitor é impossível a retirada dos moradores da Linha e da Sapucaia das terras da UFRB, mas é possível e necessário impedir o seu crescimento desordenado, pois o único caminho para acesso a cidade é através da estrada oficial da universidade, onde transitam alunos, servidores e moradores, sem que se tenha um mínimo controle de quem adentra.

As possíveis soluções estudadas e propostas pela universidade com a comunidade da linha requerem ações com responsabilidades políticas e sociais para com os moradores irregulares nas terras da União, como regularização fundiária e jurídica das terras da UFRB, com os devidos registros em cartório de registro de imóveis na comarca de Cruz das Almas, o controle sobre a área do campus e a sua utilização e o re-assentamento das famílias para o reordenamento do espaço público a fim de oferecer segurança e integridade do campus de Cruz das Almas.

ENTREVISTAS

Segundo o Reitor da Universidade, Paulo Gabriel Soledade Nacif, nunca esteve no horizonte da UFRB, o pedido de reintegração de posse da comunidade da Linha, mas diz que é preciso impedir que haja um crescimento desordenado, completa dizendo que a remoção dessas comunidades é improvável, porém ressalta que os moradores dispersos terão que sair, a começa pelos moradores do Volta Terra que já estão sendo deslocados. Paulo Gabriel diz ainda, que a área da UFRB corresponde a 10% da área total da cidade de Cruz das Almas e que nessa área existem hoje cerca de 5 mil posseiros morando nos limites da Universidade enquanto que todos campus conta com 6 mil alunos, compara o reitor.

“O título de reconhecimento de comunidade quilombola foi bom para os moradores da Linha.”

Já para o professor Geraldo Sampaio Costa, assessor especial de planejamento estratégico, as ocupações irregulares trazem muitos pontos negativos para universidade, dentre os pontos citados Geraldo comenta sobre os custos que a universidade tem com a comunidade que fazem inúmeros ligações elétricas irregulares “gatos”. Segundo o assessor, depois da certificação quilombola, tem se tido a ideia de que a terra é livre para todos, ultimamente houve o caso de três construções de casas que foram barradas por estarem em área inadequada, sabendo-se depois que uma das construções seria ponto de drogas. O professor expressa sua opinião dizendo ser a favor da retirada da comunidade de dentro dos limites da universidade, defendendo a ideia de que eles devam ser desapropriados, mas diz que não trazem maiores problemas sendo a comunidade mansa e pacífica. Geraldo defende o projeto de remanejar a comunidade para uma área urbana, onde ganhariam lotes num conjunto habitacional. Os moradores serão convidados a sair assim que esse conjunto esteja pronto, caso se neguem, como existe uma resistência muito grande em saírem das terras, a universidade entraria com pedido de reintegração de posse. Cita ainda que já existe uma proposta para construção de uma estrada que ligue as comunidades à cidade sem que passe por dentro da universidade.

Para Rejane moradora da comunidade há 29 anos diz que eles esperam que melhore alguma coisa ainda, pois são carentes de atenção das autoridades, completa dizendo que no decorrer do tempo não houve melhoras, mesmo após a estruturação da associação. Ela diz que as casas precisam de reforma, pois não houve melhorias, reclama das estradas e da falta de saneamento básico além do difícil acesso ao centro. A intervenção da universidade em melhorias de qualquer tipo seria interessante, pois a comunidade está carente de “ajudas de fora”, mas principalmente da prefeitura e do governo.

A respeito da desapropriação, ela não sabe o que pensar ainda, pois falta esclarecimento, e criou-se um laço afetivo com a terra pelo tempo em que se vive por lá. Com melhorias, ela certamente nunca sairia, mas que se fosse proposto à saída para um lugar melhor que ela aceitaria, sem dúvida e conclui dizendo que se houvesse um consenso de todos.

A moradora também reclama da saúde e diz que dependem do PSF (Posto da Saúde Familiar) situado na UFRB. Diz que a prefeitura não tem participação ativa, que até o médico que haviam cedido pra associação já não tem mais.

Já a moradora Vanessa, afirma que depois da associação houve melhoras notáveis como, por exemplo, energia e água encanada. Conclui dizendo que ao ver dela não é preciso melhorias, que para ela “tá bom do jeito que tá” e que também não tem mais pra onde a comunidade nem crescer, nem melhorar e se caso houvesse a proposta de realojamento ela não aceitaria. Ao perguntarmos o porquê já que eles estariam indo morar com melhores condições de vida, a moradora diz que um dos motivos de não aceitar seria pela questão da renda familiar, advinda da horta que a maioria das famílias tem e que vendem na cidade para o sustento.

José Augusto, presidente da Associação de moradores da comunidade, 35 anos, em relato nos diz que a maioria dos moradores subsiste através de benefícios provenientes do governo e de empregos conseguidos na cidade de Cruz das Almas, pois devido aos conflitos deles com a antiga Escola de Agronomia, atual UFRB, eles não poderiam plantar e sobreviver da agricultura, pois a escola vetava qualquer esboço de desenvolvimento. José, no papel de presidente da associação nos falou de algumas dificuldades sofridas por eles até hoje, como por exemplo, a indigência de algumas pessoas, inclusive adultas, sem sequer a certidão de nascimento, documento obrigatório no território nacional.

Segundo o nosso entrevistado, os moradores possuem certa resistência em sair de lá por já terem criado uma relação com a terra, pois na maioria dos casos, nasceram e se criaram na comunidade.

A tão sonhada energia elétrica foi implantada em 2002, não sendo implantada antes pelo veto da UFRB, que impedia ações de políticas públicas para o desenvolvimento local, como por exemplo barrando a entrada de caminhões da empresa responsável por energia elétrica, assim como materiais de construção afim de vetar qualquer tipo de construção, a água encanada só veio oito anos depois.

O que José mais enfatizou na sua entrevista, foi o interesse por capacitação das pessoas da comunidade: *“Não queremos apenas o peixe, queremos o anzol para aprender a pescar.”* Se mostrando interessado em parceria com a universidade, afim de promover uma interação com os projetos do campus.

Em entrevista com o Sr. Roberto de 40 anos, ele contradiz o próprio presidente, dizendo que a energia elétrica veio a pouco tempo após a estruturação da associação, mas segundo o morador a energia chegou há muitos anos, muito antes da vinda da associação. E diz que deveria haver melhoras na iluminação, pois a estrada a noite é muito escura e que os postes colocados pela Coelba foram retirados pela UFRB.

Para Roberto os laços com a comunidade é muito mais forte que qualquer melhoria de vida e que a comunidade é muito mais tranquila e segura que a cidade, sem pretensão alguma de um dia sair de lá ainda que a universidade tente, e se nega a aceitar qualquer tipo de acordo em relação a desapropriação. Diz ainda que já houve conversa entre UFRB e Comunidade tratando da proposta de uma estrada que ligue a Sapucaia e Baixa da Linha ao centro da cidade sem que se passe por dentro das instalações do campus, mas que ele é totalmente contra, pois não aceita que a Sapucaia fique entrando e saindo passando pelas terras da comunidade da Linha. Roberto quer que haja uma nova proposta e que a estrada venha beneficiar somente Baixa da Linha e que tenha outro projeto de estrada para Sapucaia passando pela estrada de ferro, passando longe deles.

CONCLUSÃO

Analisando as diversas informações obtidas, notou-se que há uma contradição dentro da própria universidade, quanto à retirada dos moradores da comunidade e conflitos de terra. O reitor, Paulo Gabriel Soledade Nacif, nega ter tido conflitos e completa que tenha havido ou que ainda haja intenção de retirá-los de suas terras, uma vez que as informações que conseguimos juntar no decorrer da pesquisa nos levam a outra conclusão, mais o mesmo se contradiz por algumas vezes dizendo que também não a mais como retirar as duas maiores comunidades existentes que são, Baixa da Linha e Sapucaia, mas diz que os dispersos estão saindo. Já em entrevista com o Assessor Especial de Planejamento Estratégico, Geraldo Sampaio, ele já expõem a existência de alguns conflitos que visam à retirada dos poceiros, inclusive já existe a idéia de construir um conjunto habitacional para eles, para que deixem o campus, e a universidade possa promover segurança para discentes, docentes e técnicos administrativos que na visão do assessor não é possível garantir a segurança no campus uma vez que se tem além dos cinco mil poceiros habitando no território da universidade, existem também a circulação de pessoas do comércio da cidade que adentram na universidade a fim de oferecer produtos ou até mesmo fazer entregas ou prestar serviços, sem que se tenha o mínimo controle de quem entra e quem sai. Ao ouvir os moradores acerca do tema, percebemos que a vontade deles é de permanecer, pois, a qualidade de vida que eles almejam, já foi alcançada com algumas poucas melhorias, e sem vislumbrar um futuro melhor, se apegam á terra com

afetividade, e inclusive para alguns nem precisa de melhorias, se sentem bem morando nas condições em que se encontram, não sonham com grandes conquistas nem com padrão de vida superior ao atual, além disso, eles têm uma relação muito forte com o local, ao conversarmos com os moradores é visível o medo de um dia ter que sair do território, que por gerações foi ocupado por uma população carente e que foi criado relações não só com a terra, mas também entre eles, onde histórias se desenvolveram e se desenvolvem, mas não estão dispostos a sair fácil se um dia for proposto que se desloquem, estão prontos pra lutar no momento em que for preciso.

BIBLIOGRAFIA

CODEVASF, 2010. *Disponível em:*
http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes/desenvolvimento-territorial. Acesso em:
03/02/2012.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Disponível em:*
<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/povosecomunidadestradicionais/quilombolas>.
Acesso em: 03 de fevereiro 2012.

RAMBO, A. G; FILIPPI, E. E; RÜCKERT, A. A. **Cenários Contemporâneos de Desenvolvimento Territorial: Aplicabilidade de Políticas Públicas em Contextos Locais Organizados**. Julho 2007. XLV CONGRESSO DA SOBER. Londrina, PR.

BOISIER, Sergio et al. 2005. Citado por: RAMBO, A. G; FILIPPI, E. E; RÜCKERT, A. A. **Cenários Contemporâneos de Desenvolvimento Territorial: Aplicabilidade de Políticas Públicas em Contextos Locais Organizados**. Julho 2007. XLV CONGRESSO DA SOBER. Londrina, PR.

SANTANA, C. E. Projeto de levantamento de quilombos. Relatório da comunidade da Linha. Março 2010.